

**ADEGRIL – Associação de
Desenvolvimento do Grilo**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5	Ativos Fixos Tangíveis	8
6	Investimentos Financeiros	8
7	Inventários	9
8	Rédito	9
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
10	Benefícios dos empregados	10
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
12	Outras Informações	11
12.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11
12.2	Utentes	11
12.3	Outras contas a receber	11
12.4	Diferimentos	12
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	12
12.6	Fundos Patrimoniais	12
12.7	Fornecedores	12
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
12.9	Outras Contas a Pagar	13
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	13
12.11	Fornecimentos e serviços externos	14
12.12	Outros rendimentos e ganhos	14
12.13	Outros gastos e perdas	14
12.14	Resultados Financeiros	15
12.15	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

A ADEGRIL - Associação de Desenvolvimento do Grilo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº131 de 5 de Junho de 1996.

Tem sede no Lugar do Covelo, freguesia do Grilo no concelho de Baião.

Visa melhorar as infraestruturas da freguesia, promover o turismo e património cultural, bem como apoiar socialmente os idosos e as crianças.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não

Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos e Recursos Naturais	61 971,15	10 647,50			72 618,65
Edifícios e Outras Construções	160 040,32	44 458,37			204 498,69
Equipamento Básico	50 711,80	779,27			51 491,07
Equipamento de Transporte	112 004,81				112 004,81
Equipamento Administrativo	12 047,09				12 047,09
Outros Activos Fixos Tangíveis	8 085,44				8 085,44
Activo Tangível Bruto	404 860,61	55 885,14	0,00	0,00	460 745,75
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	38 966,33	3 816,62			42 782,95
Equipamento Básico	42 711,60	3 942,62			46 654,22
Equipamento de Transporte	90 564,82	4 513,68			95 078,50
Equipamento Administrativo	11 392,40	156,60			11 549,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	8 010,54	74,90			8 085,44
Depreciações Acumuladas	191 645,69	12 504,42	0,00	0,00	204 150,11
Activo Tangível Líquido	213 214,92	43 380,72	0,00	0,00	256 595,64

6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros investimentos Financeiros		
FCT	372,96	107,03
Total	372,96	107,03

Estes investimentos financeiros correspondem aos valores registados por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188,38	571,99
Total	188,38	571,99

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	571,99	28,66
Compras	13 162,38	14 523,86
Doações	8 063,15	6 898,17
Saldo Final	188,38	571,99
Gastos do Período	21 609,14	20 878,70

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de Serviços	25 816,19	25 194,63
Quotas do Utilizadores	24 458,69	24 059,63
Quotas e Jóias	1 357,50	1 135,00
Outros Rendimentos e Ganhos	5 026,12	4 079,74
Festas e Subscrições	1 180,92	524,30
Outros	3 845,20	3 555,44
Juros	987,41	3 034,85
Depósitos Bancários	987,41	3 034,85
Total	31 829,72	32 309,22

A rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos – Outros” para além de outros rendimentos, engloba a imputação de subsídios ao investimento no montante de 2 607,07€. No período em análise inclui também a retificação positiva ao saldo de caixa no valor de 666,60€, a venda de sucata no valor de 25,00€ e uma nota de crédito da Margem relativa ao projeto POPH.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015			2014			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			129 077,28			128 427,32
Junta Freguesia do Grilo	Não Reembolsável			845,00			3 600,00
FEDER (edifício)	Não Reembolsável	47 214,53		1 317,07	48 531,60		1 317,07
IEFP	Não Reembolsável			10 487,26			6 712,67
Câmara Municipal Baião	Não Reembolsável			22 578,69			2 277,38
POPH	Não Reembolsável			0,00			49 804,64
Câmara Municipal Baião (Equipamento)	Não Reembolsável	1 290,00		1 290,00	2 580,00		1 290,00
Total		48 504,53	0,00	165 595,30	51 111,60	0,00	193 429,08

Durante o exercício de 2015 a Adegril obteve a título de doação por parte da Câmara Municipal de Baião o edifício da Escola avaliado em 42 590,00 euros.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros do órgão diretivo é de 3 elementos. Durante o ano de 2015 manteve-se inalterada a composição do órgão diretivo.

O número médio de colaboradores ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2015 e 2014 foi de 9 e 8 respetivamente. Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de colaboradoras ao abrigo de programas de estágio profissional protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	100 593,18	84 107,38
Indeminizações	725,01	50,70
Encargos sobre as Remunerações	22 388,38	18 227,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 449,39	1 386,03
Outros Gastos com o Pessoal	393,00	283,00
Estágio IEFP	10 056,80	8 094,29
Total	135 605,76	112 148,92

A rubrica “Outros Gastos com o Pessoal” inclui gastos com colaboradores ao abrigo de programas contratualizados com o IEFP, designadamente programas de Estágio Profissional.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Activo		
Quotas	250,00	150,00
Total	250,00	150,00
Passivo		
Total	0,00	0,00

12.2 Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Utentes		
Utentes	835,41	475,69
Total	835,41	475,69

12.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outra Contas a Receber		
Vitor Miranda	1 045,50	1 045,50
POPH	787,76	34 542,01
C. M. Baião	20 000,00	0,00
Outros	60,00	0,00
Total	21 893,26	35 587,51

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	78,29	179,66
Seguros Outros	1 806,63	1 946,42
Total	1 884,92	2 126,08
Rendimentos a Reconhecer		
POPH	3 606,97	3 606,97
Total	3 606,97	3 606,97

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	335,03	1 313,96
Depósitos à Ordem	173 290,72	32 690,06
Depósitos a Prazo	15 000,00	185 000,00
Total	188 625,75	219 004,02

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2015:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	20 934,49			20 934,49
Resultados Transitados	328 634,93	3 199,01		331 833,94
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	51 111,60	42 590,00	2 607,07	91 094,53
Total	400 681,02	45 789,01	2 607,07	443 862,96

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c		
Fornecedores	11 628,20	32 341,82
Total	11 628,20	32 341,82

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Retenção IRC Juros	0,00	758,72
IVA - A Recuperar	1 984,24	340,76
Total	1 984,24	1 099,48
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	460,00	485,00
Segurança Social	2 211,10	2 485,75
FCT e FGCT	24,88	57,46
Total	2 695,98	3 028,21

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		0,00		5 859,31
Remunerações a pagar		0,00		5 859,31
Credores por Acréscimo de Gastos		16 734,51		15 696,80
Remunerações a Liquidar		16 429,16		15 312,34
Outras despesas diferidas		305,35		384,46
Outros Credores		2 200,00		7 923,58
Outros Credores		2 200,00		7 923,58
Total	0,00	18 934,51	0,00	29 479,69

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	162 988,23	141 017,37
Doações e heranças (donativos, etc.)	11 446,43	9 492,42
POPH	0,00	49 804,64
Total	174 434,66	200 314,43

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

A rubrica doações e heranças engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	16 086,40	40 400,82
Materiais	4 734,28	6 531,12
Energia e fluídos	12 977,98	14 217,55
Deslocações e estadas	98,80	107,60
Serviços diversos	8 430,62	12 318,39
Encargos com Utentes	571,00	11,55
Total	42 899,08	73 587,03

12.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	1 190,92	524,30
Desconto Pronto Pagamento	0,00	162,25
Outros Rendimentos e Ganhos	3 835,20	3 555,44
Juros	987,41	3 034,85
Total	6 013,53	7 276,84

Os rendimentos suplementares dizem respeito a rendimentos obtidos na rubrica de “Festas e Subscrições” e ao jornal O Grilinho. A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos engloba entre outros os subsídios ao investimento.

12.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	129,63	5,51
Outros Gastos e Perdas	1 614,41	14 560,10
Total	1 744,04	14 565,61

A rubrica Outros Gastos e Perdas inclui o montante de 1 393,44€ relacionado com a devolução de dotação referente ao ano de 2014.

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	987,41	3 034,85
Total	987,41	3 034,85
Resultados Financeiros	987,41	3 034,85

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Grilo, 11 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção
